



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
COMISSÃO DE SELEÇÃO**

RECURSO: Proposta 026280/2024 - IDC

Assunto: Recurso – Edital de Chamamento Público Nº 01/2024

RESPOSTA: **INDEFERIDO**

Resposta ao Recurso do Instituto de Direito Coletivo - INDEFERIMENTO

Prezados Senhores,

Após análise detalhada do recurso interposto pelo Instituto de Direito Coletivo (IDC) em relação ao resultado preliminar do Edital de Chamamento Público nº 01/2024, informamos que o pedido de reconsideração foi INDEFERIDO pelos seguintes motivos:

I. Adequação ao Objeto do Edital:

O Edital de Chamamento Público nº 01/2024 foi especificamente concebido para apoiar cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, visando a implementação, ampliação ou aperfeiçoamento dos sistemas de coleta seletiva e beneficiamento de resíduos recicláveis, conforme explicito em seu objetivo da forma que subscrevo:

A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, com esteio na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e na Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 (institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027), torna público o presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO visando à seleção de cooperativas e associações interessada em celebrar termo de fomento que tenha por objeto a execução de projetos apresentados por cooperativas e associações de catadoras e catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis que tenham como objetivo a implantação, ampliação ou aperfeiçoamento dos sistemas de coleta seletiva, triagem e tratamento (beneficiamento) de resíduos recicláveis secos.

Embora o IDC se apresente como atende uma rede de mais de 120 entidades, a proposta não atende ao critério de ser uma cooperativa ou associação de catadores, conforme explicitado no edital. A participação de OSCs celebrantes é permitida, mas deve ser em conformidade com as exigências específicas para essas entidades. Inclusive, a característica da possibilidade de OSC's celebrantes, se aplica exclusivamente para o formato de redes de cooperativas e associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis, também conhecidas como cooperativas e associações de segunda ordem.

II. Apresentação do Alvará:



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
COMISSÃO DE SELEÇÃO**

O IDC alega ter apresentado o Alvará de Funcionamento como OSC celebrante. Contudo, o edital exige que tanto a OSC celebrante quanto as OSCs executantes (cooperativas de catadores) apresentem a documentação necessária, incluindo o Alvará de Funcionamento e a Licença Ambiental. A ausência de documentação adequada por parte das cooperativas executantes inviabiliza a proposta como um todo, uma vez que a proposta deve atender a todos os requisitos estabelecidos.

III. Cadastramento no SINIR:

O IDC argumenta que não está obrigado a se cadastrar no SINIR, pois é uma entidade de assessoramento. No entanto, o edital exige que todas as cooperativas executantes estejam cadastradas no SINIR, e a falta desse cadastro é um critério eliminatório. A interpretação de que a OSC celebrante não precisa estar cadastrada no SINIR não se sustenta, uma vez que a habilitação no sistema é um requisito essencial para a participação no chamamento.

IV. Princípio da Desburocratização:

Embora a Lei Federal 13.726/18 busque desburocratizar processos, a exigência de documentação no edital é clara e deve ser cumprida para garantir a transparência e a conformidade com as normas vigentes. A apresentação de documentos fora do prazo ou a falta de documentação exigida não pode ser considerada uma violação do princípio da desburocratização, mas sim uma necessidade de cumprimento das regras estabelecidas.

V. Conclusão:

Diante do exposto, a proposta apresentada pelo Instituto de Direito Coletivo não atende aos critérios estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 01/2024, resultando no indeferimento do recurso. A proposta deve ser composta exclusivamente por cooperativas e associações de catadores que cumpram todos os requisitos necessários.

Dessa forma, a desclassificação se mantém, considerando os requisitos e diretrizes do edital.

Atenciosamente,

**JAMACI AVELINO DO NASCIMENTO JÚNIOR
REPRESENTANTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO**

Brasília, 29 de setembro de 2024.